

De Maridos, Editores e Censores: a Repressão Social e Política na Formação da Jornalista Gleycy Coutinho¹

Roberta FERNANDES²

Rodrigo CERQUEIRA³

Universidade Vila Velha (UVV-ES)

Resumo

No Brasil, a repressão da ditadura militar pós-1964 à imprensa coincide com o início da chegada de mulheres às redações dos jornais e sua luta por condições de igualdade com os homens. No Espírito Santo, a pioneira desse movimento foi a jornalista Gleycy Coutinho, que iniciou sua carreira em A Gazeta no ano de 1964. Primeira mulher contratada para uma redação de jornal no Estado, ela exemplifica a resistência à dupla censura a que estavam sujeitas as profissionais que ingressavam na imprensa naquele momento: a social, pelas estruturas que lhes restringiam espaços e oportunidades, e a do regime, que cerceava a atuação de jornais e jornalistas após o golpe. Este artigo explora o papel de pioneira de Gleycy com base em entrevistas concedidas ao projeto de pesquisa “Relatos Ausentes”, além de análise bibliográfica e documental.

Palavras-chave

Censura; feminismo; jornalismo; Gleycy Coutinho; ditadura.

Introdução

No Brasil, a presença de mulheres nas redações de jornais é um fenômeno recente, que se inicia na década de 1960, em sintonia com as transformações provocadas pelos movimentos feministas no país e no mundo. Porém, no caso brasileiro, duas condicionantes interferem nesse processo e merecem destaque: por um lado, a profissionalização da imprensa e a criação dos primeiros cursos superiores de Jornalismo deram impulso à entrada das mulheres nas redações; por outro, o regime ditatorial pós-1964 criava um ambiente de censura aos jornais que limitava transformações e, muitas vezes, enxergava a luta das mulheres por espaço na sociedade como um movimento de contestação e, por isso, que merecia ser observado e reprimido.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduanda do curso de Jornalismo da Universidade Vila Velha (UVV-ES). robertafjhs@gmail.com.

³ Orientador do trabalho. Doutorando em História na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor de Jornalismo da Universidade Vila Velha (UVV-ES). rodrigo.cerqueira@uvv.br.

Diante desse contexto, este artigo tem o objetivo de refletir sobre a entrada das mulheres como repórteres nas redações a partir do caso de Glecy Coutinho, primeira mulher jornalista do Espírito Santo. Além do levantamento bibliográfico, que visa a expor o contexto social e político capixaba e nacional no período, a pesquisa foi realizada com base nas entrevistas coletadas pelo projeto de iniciação científica “Relatos Ausentes”⁴, com destaque para os depoimentos de Glecy e do cartunista Milson Henriques. A partir dessa análise, pretende-se mostrar como a jornalista Glecy Coutinho, a exemplo de outras no Brasil, foi pioneira da presença de mulheres em redações do Espírito Santo e como o contexto da ditadura militar interferiu em sua formação e sua trajetória.

De professora a jornalista nos Anos de Chumbo

A carreira profissional de Glecy Coutinho começou em um ambiente duplamente restritivo: era o período da ditadura militar, que mantinha os jornais brasileiros sob censura; e, ao mesmo tempo, um período em que as redações eram um universo exclusivamente masculino, fechado às mulheres para qualquer função diretamente ligada à produção diária da notícia. Sua contratação pelo jornal A Gazeta, o maior do Espírito Santo naquele momento, exemplifica a mudança no ambiente do jornalismo capixaba e brasileiro a partir da década de 1960, com a profissionalização das redações e a simultânea chegada das mulheres a esse mercado. Essa transição, porém, não foi conseguida sem percalços. Diante da censura profissional e de gênero, ela precisou constantemente reafirmar seu valor como mulher e como repórter, função que desempenhou por mais de vinte anos na Gazeta.

Diferentemente do momento vivido pelas mulheres na Europa e nos Estados Unidos, onde a década de 1960 viu explodir uma grande diversidade de movimentos contestatórios ligados aos direitos civis, incluindo o das mulheres, no Brasil esse movimento foi freado pela instauração do regime militar, em abril de 1964. Como explica Céli Regina Pinto, o contexto do país era de repressão da luta política e de migração de diversos grupos para a clandestinidade.

⁴ Financiado pela Funadesp, o projeto Relatos Ausentes tem por objetivo principal reunir os depoimentos de profissionais que trabalharam nas redações de veículos de comunicação do Espírito Santo durante o regime militar pós-1964. Foram entrevistados dez jornalistas que atuaram no período, em diferentes veículos e meios. Além da produção de artigos, o material coletado gerou uma série de TV e ainda dará origem a um vídeo-documentário e um livro, ambos em fase de produção.

Foi no ambiente do regime militar, e muito limitado pelas condições que o país vivia na época, que aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil na década de 1970. O regime militar via com grande desconfiança qualquer manifestação de feministas, por entendê-las como política e moralmente perigosas. (PINTO, 2010, p. 15)

A entrada de Glecy Coutinho em A Gazeta se deu ainda como professora primária e foi dentro da redação que ela se construiu como jornalista. Em 1964, numa manifestação de professoras no Palácio Anchieta, sede do governo do Espírito Santo, ela fez um discurso que chamou a atenção de um repórter do jornal e gerou um convite para que escrevesse um texto sobre o assunto para publicação. O artigo foi bem recebido e ela se tornou colaboradora regular do veículo, única forma como mulheres podiam escrever para jornais capixabas até então. No ano seguinte, Glecy recebeu um convite do então diretor de redação, general Darcy Pacheco de Queiroz⁵, para assumir o cargo de editora de um caderno infantil semanal – A Gazetinha – que estava sendo preparado pelo jornal.

O cargo de editora de A Gazetinha é o início do processo de sua transformação de professora em jornalista. Embora não produzisse notícias nem estivesse ligada ao jornalismo diário, sua presença na redação seria a primeira de muitas mudanças protagonizadas por Glecy e que espelham o momento vivido pelas mulheres em diversas áreas e em todo o país.

A profissionalização feminina, no Brasil, era um campo ainda em conquista. Na década de 1970, a participação feminina no mercado de trabalho nacional, em todas as funções, não chegava sequer a 20%, segundo o IBGE (IBGE, 2015). Os primeiros dados sobre a presença de mulheres nas redações de jornais brasileiros são de meados da década de 1980 e, ainda naquele tempo, a presença masculina estava numa proporção de 70% a 30%. Vinte anos depois, as mulheres já eram 52% dos jornalistas empregados no Brasil (FENAJ, 2002).

Alguns estudos mostram que a sindicalização feminina na imprensa brasileira é um fenômeno dos anos de 1970, o que reforça a ideia de que, antes disso, havia poucas pioneiras nas redações de jornais brasileiros (KOSHIYAMA, 2001; SOUZA, 2010).

⁵ O general Darcy Pacheco de Queiroz era cunhado do senador Carlos Lindenberg (PSD), principal acionista da Gazeta em 1964. Por ocasião do golpe, ele foi convidado para assumir o cargo de diretor de redação, numa tentativa de blindar o jornal da presença de censores. As entrevistas do projeto Relatos Ausentes revelam que, na percepção dos jornalistas que trabalharam com ele, o general não interferia na produção das matérias nem era favorável à censura. Sua função era a de proteger o jornal da interferência dos órgãos de repressão.

Se a presença feminina nas redações era pequena até a década de 1980, o tratamento recebido pelas mulheres naquele ambiente era também opressor. Elas sofriam com a desigualdade salarial e preconceitos que não foram abandonados pela sociedade. Como afirma Koshiyama, a profissão de jornalista era fechada para o gênero, “um universo que no início dos anos 60 do século passado, no Brasil, discriminava-as abertamente. Era o tempo em que algumas conceituadas empresas jornalísticas do país restringiam o trabalho jornalístico das mulheres” (KOSHIYAMA, 2001, p. 3-4).

Quando passaram de colaboradoras a repórteres de redação, a maior parte das jornalistas era alocada em editorias de cultura ou em cadernos e colunas voltadas especificamente para o público feminino. As editorias de cidade, política, economia e esportes continuaram, até a década de 1970 ou posteriormente, a serem redutos majoritariamente masculinos. Para as mulheres, ocupar esses espaços se tornou uma forma de demonstrar seu valor profissional. Mais tarde, elas teriam ainda que pressionar pela incorporação das pautas que consideravam importantes para mulheres, e não aquelas que os jornalistas homens associavam ao universo feminino, em geral, estereotipadas.

O trabalho passou a ser convencer os editores, todos homens, que assuntos como a conciliação entre lar e carreira e a busca por atendimento adequado à saúde feminina eram pautas tão importantes quanto política e economia. O prêmio para as mulheres que o conseguiam era mais trabalho: cobriam as pautas novas sem abrir mão dos assuntos tradicionais que já tinham que dar conta. Não demorou muito para que os prêmios de jornalismo passassem a valorizar tais abordagens. O mais cobiçado deles, o Pulitzer, passou a premiar reportagens sobre problemas de saúde femininos e casos de violência contra a mulher. Aliado ao reforço de credibilidade que os prêmios trazem, a luta pela conquista de leitoras do sexo feminino levou as empresas jornalísticas a investir na diversidade das redações, não apenas contratando mais mulheres, mas igualmente profissionais de outras etnias (SOUZA, 2010, p.8).

Algumas dessas pautas, consideradas propriamente femininas, já circulavam na chamada imprensa alternativa, que foi a primeira porta de entrada das mulheres no campo jornalístico brasileiro. Como aponta Karina Woitowicz, havia uma aproximação entre a busca das mulheres por espaço dentro do jornalismo e a própria luta pela formação de uma nova identidade social e profissional das mulheres como grupo.

É possível pensar a mídia alternativa como um lugar de resistência e construção de resistência e construção de identidades, uma vez que o discurso projetado nos veículos constitui também um fazer/agir do feminismo, que conquista espaço na esfera a partir de suas estratégias de visibilidade. Trata-se, portanto, de uma história marcada por lutas e por conquistas femininas que se fazem, ao mesmo tempo, no campo social e no campo jornalístico. (WOITOWICZ, 2012, p. 1)

No fim da década de 1960, Gleycy Coutinho passou a acumular a edição semanal de *A Gazetinha* com uma página, também semanal, no *Caderno Dois*. Foi sua primeira incursão como repórter, a exemplo de outra pioneira, Adalgisa Nery, do jornal *Última Hora* de Samuel Wainer. Embora ainda presa ao estereótipo da mulher como jornalista de amenidades, na nova função, Gleycy conseguiu forçar um espaço em que pudesse abordar a temática feminina com viés social.

[O editor] Erildo dos Anjos falou comigo: “você é obrigada a fazer essa página”. E eu tive que fazer a página de mulher. A página de mulher tinha muito sapato, muito vestido, e eu odiava fazer aquilo. Então, eu e Erildo combinamos que a página ia ser dividida em quatro, e na primeira parte, no canto, eu colocava uma entrevista, uma reportagem. Naquele quarto de página eu podia fazer o que eu quisesse. Não tinha importância a mulher ser dondoca, ela tinha que estar fazendo alguma coisa [...] só porque estava com um vestido bonito não entrava não. Então, nesse cantinho de página eu consegui fazer muita coisa boa. (COUTINHO, 2014)⁶

Duas matérias publicadas por Gleycy Coutinho nesse espaço do *Caderno Dois*, ambas em referência ao Dia Internacional da Mulher, exemplificam o engajamento social que ela buscava dar à cobertura que fazia. Na primeira, cuja manchete era “A periferia não esqueceu”, ela promoveu um encontro de mulheres do bairro São Pedro⁷ para que narrassem seu cotidiano e suas dificuldades. Na outra, intitulada “Dia Internacional da Mulher: quem se importa com elas?”, a jornalista explorou o tema da violência doméstica, denunciando o assassinato sistemático de mulheres por seus companheiros. Ela conseguiu selecionar 36 casos noticiados nos jornais de Vitória, somente nos dois primeiros meses de 1982, e publicou fotos das vítimas, ao lado das manchetes de cada assassinato.

⁶ Todas as citações atribuídas a Gleycy Coutinho neste artigo foram colhidas pelos autores em entrevista dada por ela para o projeto *Relatos Ausentes*, em maio de 2013.

⁷ Bairro de Vitória que até a década de 1980 era conhecido por abrigar um lixão onde famílias sobreviviam dos restos que conseguiam tirar do meio dos dejetos.

Com o trabalho feito no Caderno Dois, Glecy Coutinho conquistou um importante espaço dentro da equipe do jornal A Gazeta e, em meados da década de 1970, conseguiu um lugar na editoria de Cidades, o último passo de sua transformação de professora em jornalista. Naquele período, a capital do Espírito Santo era um polo econômico em expansão devido a grandes obras realizadas pelo regime militar, como o Porto e a Companhia Siderúrgica de Tubarão. A atração de mão-de-obra por esses empreendimentos gerava um crescimento desordenado da periferia e a ocupação dos morros da cidade, que viveram um acentuado processo de favelização. Essa temática se tornou a principal pauta da cobertura feita por Glecy na Gazeta e atraiu para ela a atenção dos censores. Pela primeira vez em dez anos de redação, ela teria problemas com os órgãos de repressão.

A segunda censura

O jornal A Gazeta, assim como a maioria dos veículos de comunicação do país, também foi supervisionado pela ditadura militar. Em momento algum, porém, houve a presença de censores na redação ou o produto noticioso foi submetido à censura prévia para publicação, como aconteceu em alguns veículos do eixo Rio-São Paulo. A censura na redação se dava por três instrumentos, todos eles dentro da forma definida como “autocensura” por Anne-Marie Smith, que consiste em “proibições de noticiar certos fatos que eram indicados pela Polícia Federal às publicações antes de sua investigação e divulgação e até mesmo de seu conhecimento, no caso de muitos eventos” (SMITH, 2000, p. 95).

O primeiro instrumento eram os chamados “bilhetinhos” – na maior parte das vezes, ofícios – que chegavam vindos dos órgãos de controle de imprensa do Governo ou outros organismos de repressão. Eles traziam os assuntos que não deveriam ser publicados nos jornais do dia seguinte ou temas que eram permanentemente proibidos, como referências a Dom Hélder Câmara, a sequestros de figuras públicas por grupos de esquerda ou a prisões de jornalistas. Os bilhetes eram o primeiro passo da autocensura, aquele que definia o terreno pelo qual o jornalista podia transitar e até onde poderia avançar no seu trabalho sem receber punição. Esses papéis ganharam um espaço de destaque na redação da Gazeta.

Era um espaço em um mural de cortiça, decorado como uma tesoura aberta. Ali, penduravam-se as ordens de censura e, às vezes, até matérias produzidas que não haviam “passado”. É consenso entre jornalistas da

época que muitos daqueles bilhetes serviram também como propagadores de notícias que não saíam na mídia. (BOURGUIGNON; REZENDE; ARRUDA, 2005, p. 75)

Curiosamente, as informações que ficavam penduradas nesse mural indicavam como o regime militar se comportava em todo o Brasil. Elas anunciavam prisões de militantes de esquerda, a movimentação de grupos, greves e ações clandestinas. Muitas vezes, por isso, funcionavam às avessas, dando aos jornalistas da redação o conhecimento de fatos que, de outra maneira, não obteriam. Ainda que incompletas, algumas dessas notícias eram levadas da redação para o ambiente dos militantes de movimentos populares do estado e terminavam por pautar os jornais clandestinos que circulavam na época.

Outro instrumento de censura na Gazeta era a supervisão interna, exercida tanto pelos editores quanto pelos próprios repórteres. Esse processo era motivado tanto por simpatia ao regime quanto por precaução, como uma forma de garantir a segurança pessoal. Durante alguns anos na década de 1970, a Gazeta teve em sua redação um jornalista contratado para ler matérias escritas pelos colegas e alertar para a presença de qualquer conteúdo que pudesse ser considerado impróprio pelos órgãos de repressão. Diante desse tipo de vigilância, os próprios repórteres escreviam os textos de acordo com os modelos exigidos para aprovação (OLEARI, 2015)⁸.

Porém, algumas vezes, textos e imagens consideradas impróprias eram publicados e, então, os organismos repressores acionavam o terceiro instrumento de censura: a convocação dos profissionais de imprensa para prestar depoimento na Polícia Federal. Muitos deles eram detidos por alguns dias, mesmo sem acusação formal. Como conta o cartunista Milson Henriques, preso mais de uma dezena de vezes na década de 1970, quando trabalhava na Gazeta e no jornal alternativo “Posição”, o fato de ser chamado para prestar esclarecimentos já fazia com que o profissional se autocensurasse por algum tempo.

Eles mandavam o aviso e era para comparecer duas, três semanas depois. E a gente passava esse tempo todo pensando: ‘o que foi que eu fiz? O que será que aconteceu? E aí eu deixava de fazer uma crítica, pegava leve, porque eu sabia que nesse período eles estavam de olho em mim e o que eu fizesse podia dar problema para mim lá na Polícia Federal.’⁹

⁸ Entrevista de Osvaldo Oleari ao projeto Relatos Ausente, 17 de abril de 2015.

⁹ Entrevista à autora, em 22 de junho de 2014.

Repórter da Gazeta engajada na cobertura de causas sociais, Glecy Coutinho se tornou alvo potencial da repressão do regime. O momento em que esteve mais exposta foi, ao mesmo tempo, o ponto alto de sua carreira na redação. Com o título “Campo de Concentração para menores no ES”, Glecy e os colegas Amylton de Almeida e Lígia Monteiro publicaram uma matéria de capa na edição de domingo da Gazeta, em 6 de agosto de 1978. Conhecida como “caso Argolas”, a reportagem especial teve repercussão nacional e concorreu ao prêmio Esso daquele ano. A matéria, com seis páginas e que gerou mais de uma semana de suítes, denunciava o espancamento e a tortura de menores da Febem de Cariacica, na região metropolitana de Vitória, por policiais da delegacia de Argolas, no município vizinho de Vila Velha.

Os repórteres denunciavam a tortura e o espancamento de menores pelos policiais da delegacia de Argolas. A matéria era estruturada com a fala de alguns menores que apanharam com borracha, tomaram choque e foram obrigados a furtar nas ruas para os mandantes da delegacia. O fotógrafo Joecir Secreta conseguiu fazer algumas fotos da parte interna da delegacia, mostrando crianças e adolescentes encarceradas em péssimas condições de higiene e sem infraestrutura básica.

Chama atenção a empreitada a que se dedicaram Glecy e seus colegas porque, embora o presidente Ernesto Geisel já tivesse iniciado o processo de abertura, o ano de 1978 ainda era marcado por forte censura aos jornais e a matéria publicada atacava diretamente um órgão de segurança, considerado intocável pela imprensa na lógica da censura. Além disso, o jornal A Gazeta era um veículo de tradição política conservadora, que nunca foi pressionado pelo regime militar, mas que também não tinha a tradição de enfrentar a ordem estabelecida. No Espírito Santo, o jornal tinha à época a maior circulação e fazia parte de um grande grupo de comunicação, proprietário também da rádio Gazeta AM e da TV Gazeta, afiliada da Rede Globo no estado.

Glecy Coutinho e os outros profissionais que trabalharam na matéria sobre o caso de Argolas precisaram pedir à Justiça medidas de proteção às suas vidas. Após a divulgação dos fatos, os repórteres ficaram isolados por alguns dias em local sigiloso. Glecy relata que

sofreu intimidação por parte de alguns denunciados na matéria, como o episódio em que seu carro teve os pneus cortados, os vidros quebrados e a lataria riscada.

Simbolicamente, a entrada de Glecy Coutinho na editoria de Cidades e a vigilância que suas matérias passaram a receber dos órgãos de repressão foram um marco na carreira da jornalista: a partir de então, ela passou a ser tratada da mesma forma que seus colegas homens, sujeita também à censura política e moral do regime e não apenas à censura social da redação. O destaque no jornal impresso da Gazeta gerou o convite para trabalhar na TV Gazeta, criada em 1976, onde ela conseguiu firmar seu estilo como repórter ligada às causas sociais na Grande Vitória.

Quando eu fui para a TV Gazeta, eu passei a cobrir muitas invasões de terrenos na periferia. Muitas vezes eu fiquei em Cantinho do Céu, Santa Rita, São Pedro, até dez horas da noite, porque eles diziam assim: “Ai, pelo amor de Deus, não vai embora não, porque quando vocês vão a polícia vem aqui e bate na gente, derruba nossos barracos”. Então muitas vezes eu fiquei nesses lugares como forma de garantir um pouco de segurança para essas pessoas. O jornalismo tinha esse poder naquela época. (COUTINHO, 2014)

Esse perfil, porém, foi responsável por mostrar a Glecy o limite de sua atuação no contexto daquele período. Primeiro, ela começou a receber ligações que a ameaçavam se insistisse nas matérias. Em seguida, o então presidente da Gazeta, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho, o Cariê, chamou-a para uma conversa em que a alertou para o incômodo que as matérias feitas por ela estavam provocando na Polícia Federal. Por fim, o então governador do estado, Élcio Álvares, aconselhou Glecy Coutinho a deixar o trabalho na televisão e voltar a atuar exclusivamente no jornal impresso. Embora não concordasse com ceder às pressões, ela acabou mudando de postura quando foi convocada a comparecer à Polícia Federal para explicar uma matéria que tinha levado ao ar.

A gente era chamada na Polícia Federal e não sabia se ia voltar. [...] Naquele momento eu pensei: “eu sou viúva, mãe de três filhos, tenho que pensar na minha vida também”. Então eu aceitei a sugestão e voltei para o impresso por lá eu me expunha menos e conseguia, minimamente, continuar mostrando o que eu queria mostrar. (COUTINHO, 2014)

Era o momento, portanto, em que a jornalista completava o seu ciclo de formação profissional dentro da redação. Mãe de três filhos, sua responsabilidade como mulher

acabou por ser uma limitação ao exercício do jornalismo tanto quanto a pressão do regime militar. No entanto, sua presença no jornal impresso não se resumia aos assuntos femininos ou a colunas sociais. Ela era uma repórter reconhecida por denunciar os erros e abusos do poder público e por suportar a pressão a que estavam submetidos os jornalistas daquele período.

Considerações finais

A importância de Glecy Coutinho não se dá por ser um caso único e isolado na história do jornalismo brasileiro, mas por seu pioneirismo, que permite pensar o contexto capixaba dentro de um movimento de transformação em todo o Brasil. Quando se observa a estrutura atual das redações, onde as mulheres estão em número igual ou superior aos homens, é possível traçar uma linha que localiza Glecy na origem desse processo de abertura no mercado de trabalho jornalístico. Sua presença na redação de A Gazeta na década de 1960 representa o início da mudança do perfil de gênero da carreira. Era uma parte da transformação pela qual passava a sociedade brasileira e o mundo naquele momento.

No caso de mulheres jornalistas no Brasil, a barreira a se vencer era dupla: o preconceito social a que estavam sujeitas todas as mulheres e a repressão política, que no jornalismo se tornava mais dura naquele momento. Como demonstra esta pesquisa, as duas formas de censura influenciaram a formação profissional de Glecy Coutinho, a exemplo de muitas outras jornalistas do período. Sua carreira foi marcada por diferentes momentos de afirmação, em que ela teve que forçar espaços e negociar outros para se tornar a repórter que desejava ser, frente à estrutura que se impunha.

Embora não seja o foco desta pesquisa, o movimento feminista no Brasil e no mundo também aparece em várias referências como pano de fundo para as mudanças sociais protagonizadas pelas mulheres nesse período. Seria apropriado um estudo mais amplo e aprofundado da relação entre o feminismo no Espírito Santo e as transformações observadas no jornalismo das décadas de 1960 e 1970 no estado. Há mais sobre questões de gênero do que foi possível abarcar até o momento com esta pesquisa, que, porém, foi suficiente para suscitar questões a serem aprofundadas no futuro.

É justamente quando Glecy Coutinho consegue o reconhecimento profissional que ela se torna mais sujeita à segunda forma de censura do período. A repressão política a força a um outro tipo de negociação, em que ela cede a visibilidade e a repercussão que a TV oferecia para seguir com seu trabalho, de forte engajamento social, na redação do impresso A Gazeta. Para a jornalista, as ameaças e perseguições são o momento mais difícil de sua carreira profissional. Para a mulher jornalista, porém, elas representam a conquista da igualdade. A partir de então, seu trabalho passa a ser tão vigiado pela censura do regime militar quanto aquele feito pelos colegas homens na redação.

Referências bibliográficas

BOURGUIGNON, Juliana; REZENDE, Letícia; ARRUDA, Patrícia. A Gazeta: uma longa história de tradição e transformações. In: MARTINUZZO, José Antônio. **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo**. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS - FENAJ. Número de Jornalistas no Brasil – 1986 a 2002. Disponível em: www.fenaj.org.br/arquivos/numero_jornalistas.doc. Acesso em 19 de junho de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Séries Históricas e Estatísticas. Disponível em: http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=7. Acesso em 21 de junho de 2015.

KOSHIYAMA, Alice Mítika. **Mulheres jornalistas na imprensa brasileira**. Trabalho apresentado no XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Campo Grande, set. 2001. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP2KOSHIYAMA.PDF>. Acessado em: 20 de junho de 2015.

PROBST, Elisiana Renata; RAMOS, Paulo. A evolução da mulher no mercado de trabalho. **Santa Catarina: Instituto Catarinense de Pós- Graduação**, 2003.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SOUZA, Ana Fernanda Campos de. Mulheres e Jornalismo: Permanências e tendências no Exercício da profissão. **VI Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura** – Enecult. Salvador, 2010.

WOITOWICZ, Karina Janz. Marcos históricos da inserção das mulheres na imprensa: A conquista da escrita feminina. **Jornal Alcar**, Porto Alegre, n. 4, out. 2012.